



## CONGRESSO

# A hora da verdade

Com a volta de Arthur Lira ao Brasil, após viagem a Nova York, e a distribuição de R\$ 1,6 bilhão em emendas aos parlamentares, a tendência é que pautas defendidas pelo governo, como PL das Fake News e arcabouço fiscal, tenham novos desdobramentos

» TAÍSA MEDEIROS  
» ÁNDREA MALCHER

Com tendência a movimentar novamente a pauta do Legislativo, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), retornou ao Brasil na última sexta-feira, após visita aos Estados Unidos. O parlamentar estava desde 4 de maio cumprindo missão em Nova York, onde participou de uma série de eventos. Ao reassumir sua cadeira na presidência da Casa — ocupada ao longo da última semana pelo vice-presidente da Casa, Marcos Pereira (Republicanos-SP) —, uma série de projetos devem ter novos encaminhamentos.

Na quarta passada, por exemplo, a votação do requerimento de urgência do projeto de lei 2370/19, que versa sobre a atualização da regulamentação sobre direitos autorais, foi adiada por Pereira. A justificativa foi de que, pela dimensão do tema, era melhor que Lira comandasse o debate. O texto está sendo apreciado como parte do “fatiamento” do Projeto de Lei (PL) das Fake News. “Entendo que o tema ganhou uma dimensão mais ampla, e prefiro deixar para que o presidente Arthur, juntamente com outros líderes de partidos que estão também acompanhando sua comitiva, possa deliberar sobre a volta do requerimento de urgência à pauta e apreciação posteriormente do projeto de lei”, alegou.

De autoria da líder do PCdoB na Câmara, Jandira Feghali (RJ), as negociações em torno do projeto se intensificaram recentemente na esteira dos debates sobre o PL das Fake News (2630/19). A opção de “fatiar” o projeto foi uma aposta para torná-lo mais viável de ser aprovado em plenário. No momento, o ponto de maior embate sobre a questão é a inclusão ou não da remuneração a veículos jornalísticos no texto. A outra opção seria manter o tópico no texto do PL relatado pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). O tópico prevê o ressarcimento aos jornalistas pelo conteúdo utilizado

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Presidente da Câmara disse nos EUA que Executivo precisa entender que cenário encontrado pelo presidente Lula em 2002 não existe mais

pelas plataformas. A decisão deve ser tomada na próxima semana, com a presença de Lira.

Outra proposta que aguarda o aval de Lira para avançar na Casa é a do novo arcabouço fiscal, de autoria do deputado Cláudio Cajado (PP-BA). A tramitação inicia na Câmara, onde precisa de 257 parlamentares favoráveis para avançar. Em seguida, a proposta vai ao Senado, onde depende da aprovação de 41 senadores. A matéria visa estabelecer novas regras fiscais em substituição ao teto de gastos, aprovado na gestão do ex-presidente Michel Temer (MDB).

Durante um talk show realizado no “Brazil Summit”, promovido pelo *Financial Times* em Nova

York, o presidente da Câmara comentou sobre a proposta ao afirmar que, sem o novo arcabouço fiscal, “o país não terá uma diretriz e ficará no limbo”. Isso não significa, porém, que o texto passará sem alterações no Congresso. As mudanças principais devem tornar “mais claros os *enforcements* para quando as metas não forem cumpridas”, disse na ocasião, referindo-se às sanções em caso de descumprimento da meta.

### Articulação

Os esforços do governo de articular pautas de interesse na Câmara voltaram a ser alvo de críticas de Lira. Durante a conferência “Citi ISO Datagro”,

também nos EUA, ele pontuou as mudanças feitas pelo Planalto ao marco do saneamento (**leia mais abaixo**), ao PL das Fake News e ao arcabouço fiscal como alguns dos exemplos da fragilidade de diálogo entre o governo e o Legislativo.

“Tivemos reunião com o ministro (Fernando) Haddad, com o relator (Cajado), o secretário (Gabriel) Galípulo (recém-indicado diretor do Banco Central) e técnicos, na qual discutimos a espinha dorsal do arcabouço fiscal. Lógico que vão ter alterações no texto, mas a Fazenda, em sua maioria, concorda com todas, e ficou de fazer uma checagem com pessoal do Tesouro”, disse ele aos jornalistas.

O deputado salientou, ainda, que é preciso que haja uma compreensão da parte do Executivo de que o cenário encontrado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2002 não existe mais.

“O governo tem que se ambientar que o mundo de hoje e o Congresso de hoje não são os mesmos de 20 anos atrás. Tivemos dificuldade na votação do PL 2630, tema que não é partidário, quase personalíssimo de cada parlamentar, e que carecia de mais debate e transparência para deixar mais claro à população que ela foi manipulada por determinadas big techs, e conduziram o debate de maneira muito ruim”, observou.

### Emendas pendentes

O governo, por sua vez, tenta apaziguar ânimos no Congresso com a liberação de R\$ 4 bilhões em emendas negociadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que estavam pendentes. Segundo o ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência, Alexandre Padilha, a gestão anterior teria dado um calote nos estados e municípios por não pagar a verba já programada. O recurso é um dos pacotes-“herança” do orçamento secreto, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

As verbas serão liberadas pelos ministérios das Cidades, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, podendo ser pagas vagarosamente, a depender da aliança dos parlamentares. Ao todo, a quantia deve chegar a R\$ 9 bilhões. “Eram empenhos realizados que o governo tinha dado calote, paralisando obras”, acusou Padilha, um dos alvos das críticas em relação a articulação Executivo-Legislativo. “A diferença é como da água para o vinho. Você consegue dizer exatamente para quem foi liberado o recurso, com transparência.”

Emendas individuais previstas no orçamento de 2023 também começaram a ser liberadas pelo governo. De acordo com o ministro, R\$ 1,6 bilhão foram destinados para esse fim desde o final de abril, quando os ministérios receberam o aval para distribuir os valores solicitados pelos parlamentares. Apesar do ministro negar que as emendas foram liberadas para viabilizar negociações com o parlamento, certamente tendem a impactar no fortalecimento da relação Planalto e Congresso.

Com o retorno de Arthur Lira e a liberação das emendas, a tendência é que as relações fiquem menos tensas. Os recursos, especialmente, podem ser um elemento central para uma consolidação da base aliada do governo no Congresso, além de abrir caminho para aprovação de projetos de interesse de Lula.

## Corrida para evitar derrota no Senado sobre saneamento

Com prazo de uma década para cumprir as metas estabelecidas no Marco do Saneamento, a questão ainda enfrenta percalços normativos. As mudanças propostas pelo governo federal para alterar o conjunto de regras — derrubadas pelos deputados no início deste mês — ainda são motivos de polêmica. Entre elogios e críticas, a principal preocupação é quanto à priorização da concentração da gestão dos recursos e projetos de saneamento nas empresas públicas, que abre brecha à corrupção e dúvidas sobre o cumprimento das metas propostas pela legislação.

Pela norma, até 2033, o país deve garantir que 99% da população tenha acesso ao abastecimento de água potável e que 90% da população deve ser assistida com serviços de coleta e tratamento de esgoto. Por meio do decreto 11.467/23, o governo propôs também aumentar o prazo para as empresas municipais do setor se associarem em operações regionalizadas para dezembro de 2025. Outra mudança apresentada no decreto suspenso foi a permissão de que 1.113 municípios, que

reúnem 29,8 milhões de brasileiros, voltem a acessar recursos de saneamento do Executivo para que cumpram a meta de universalização.

Parlamentares e governadores se opuseram às medidas. O deputado Fernando Monteiro (PP-PE) foi quem apresentou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 111/23 que suspendeu trechos da regulamentação da Lei do Saneamento Básico. A justificativa de Monteiro era de que justamente a medida do governo distorceria o conceito de estrutura regionalizada da prestação dos serviços de saneamento a fim de evitar a licitação.

Conforme explicou ao **Correio**, Monteiro se reuniu com o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, mas pouco adiantou. “Falei com Padilha quatro vezes, receber ele até me recebeu, mas não me ouviu em nenhuma”, desabafou. Monteiro disse que na quarta-feira, antes do PDL entrar na pauta da votação no plenário, ele havia falado com o ministro Rui Costa, da Casa Civil. Em uma das reuniões, segundo ele, passou duas

### Marco do Saneamento

Principais mudanças do decreto apresentado pelo governo em 5 de abril de 2023, e que agora será apreciado no Senado:

» Fim do limite de 25% de participação privada na contratação por meio de Parcerias Público-Privadas (PPP) pelos estados. O decreto retirava os limites para esse tipo de parceria

» Prestação de serviços regionalizada: as novas regras prorrogam o prazo para a regionalização até 31 de dezembro de 2025

» Possibilidade de estatais prestarem diretamente o serviço, pois desobriga que exista licitação em casos de prestação regionalizada

horas e meia negociando.

“O Planalto me mandou um relatório alegando que não dialogamos. O que constava no relatório era praticamente uma transcrição da reunião, não trazia nada de novo. Padilha alegou que eu havia ficado de mandar a proposta, mas na reunião já havia apresentado tudo, para mim estava pacificado”, apontou o deputado.

Agora, a proposta tramita no Senado Federal. Ao longo da semana passada, duas reuniões ocorreram: uma com integrantes da base do governo e os ministros Jader Filho, de Cidades, e Rui Costa, e outra também

com os ministros, porém com membros da oposição. Na saída da reunião, o líder da oposição Rogério Marinho (PL-RN) saudou a iniciativa do governo de convidar os líderes para debaterem o tema, e alfinetou: “antes tarde do que nunca”. Marinho acredita que o encontro deveria ter sido realizado antes da divulgação dos decretos. “Em função, inclusive, do que aconteceu na Câmara”, disse. Marinho deixou clara a insatisfação da oposição com a forma como foi feita a proposta. “Deveria ser uma MP ou PL, que é o que a Constituição determina”, argumentou.

### O novo marco

Alterada em 2020, a legislação do saneamento, que passou a ser conhecida como o Novo Marco Regulatório, buscava terminar com a lógica dos chamados contratos de programa, feitos sem licitação. A empresa, seja ela pública ou privada, precisaria passar por uma comprovação de capacidade econômico-financeira para cumprir esses contratos, bem como demonstrar a capacidade para alcançar a meta da universalização.

“Grande parte das companhias estaduais não conseguiu comprovar a capacidade econômica financeira para cumprir as

metas, conforme exigiam as novas regras. A solução que o decreto trouxe, que, em alguma medida, é até uma solução ilegal por contrariar essas premissas do Novo Marco, foi a de flexibilizar a celebração de novos contratos de programa, já que eles poderiam ser celebrados no contexto de uma regionalização”, explica o advogado Luiz Felipe Graziano.

Além disso, o especialista aponta que, com a flexibilização das exigências relacionadas com a comprovação de capacidade econômica e financeira, o cumprimento das metas de universalização em 2033 ficou em risco. “A gente poderia resumir da seguinte forma: o governo entendeu que as companhias estaduais não podem ser deixadas no caminho e devem ter um papel relevante no processo. Para isso, elas precisam ser reestruturadas, mas, no lugar de buscar a recuperação dessas companhias, os decretos acabaram flexibilizando as exigências. Baixou o sarrafo em vez de preparar melhor as companhias para enfrentarem a concorrência”, analisou. “A lei em 2020 pode não ser perfeita, mas foi a lei possível”, concluiu Graziano. (TM)